

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

24
JAN
2019



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA tem regras fugueis

Ninguém mais recebe auxílio-moradia no TJES

Após restrições do CNJ, nenhum magistrado solicitou benefício neste mês de janeiro

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Após a regulamentação mais restritiva do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação ao auxílio-moradia, nenhum juiz ou desembargador da Justiça estadual do Espírito Santo vai receber o benefício, de R\$ 4,3 mil, neste mês de janeiro.

De acordo com o Tribunal de Justiça (TJES), "a Assessoria Especial da Presidência, até o momento, não recebeu nenhum requerimento de magistrado solici-

tando o benefício". O pagamento do salário será efetuado amanhã.

Até o mês passado, de acordo com planilha disponibilizada no site do CNJ, dos 338 magistrados ativos da Justiça Estadual, 316 contavam com o auxílio-moradia.

O Conselho decidiu restringir o pagamento em resolução aprovada no dia 18 de dezembro, isso após a magistratura conquistar – por efeito cascata após o aumento aprovado para os ministros do Supremo Tribunal Federal – reajuste salarial de 16,38% que será aplicado a partir de amanhã.

Pelas novas regras, tem

R\$ 33,6 MIL

É o novo valor do subsídio, bruto, de um juiz de Direito.

direito ao auxílio-moradia apenas o magistrado que exerce suas atribuições em uma localidade diversa de sua comarca original – o que acontece, por exemplo, no caso de um juiz substituto ser designado para atuar em outra cidade; se não houver imóvel funcional à disposição e se o magistrado não

morar com alguém que já receba auxílio-moradia. Outra condição é que o juiz, cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido, nos últimos 12 meses, dono de imóvel na comarca onde vai atuar.

Antes, os parâmetros eram bem mais permissivos. Quem morava em imóvel próprio e trabalhava, originalmente, na mesma cidade, durante anos, por exemplo, contava com o benefício mesmo assim.

REAJUSTE

O auxílio de R\$ 4.377,73 passou a ser pago a todos os juizes do país no final de 2014, após concessão de liminares (decisões provisó-



Tribunal de Justiça: reajuste para a magistratura

rias) do ministro Luiz Fux, do STF. Ele mesmo derrubou as decisões em novembro do ano passado, suspendendo o pagamento da verba, condicionando o recuo à concessão do reajuste salarial à magistratura. Fux também determinou que o CNJ regulamentasse novamente o auxílio-moradia, o que foi feito.

O auxílio-moradia também é pago a promotores e

procuradores de Justiça. A reportagem procurou o Ministério Público Estadual (MPES) para saber quantos membros recebiam o auxílio até dezembro do ano passado e como fica esse quadro agora, mas não obteve resposta.

Conselheiros de tribunais de contas também têm direito ao benefício. Nenhum deles vai contar com a verba no Espírito Santo.

FÁBIO VICENTINI/ARQUIVO

DAYANA SOUZA - 05/01/2019



DURÃO, ao ser preso: defesa do deputado conversou com funcionários do motel onde imagens foram registradas

ACUSAÇÃO DE ESTUPRO

Vídeo flagra chegada de Durão e menor a motel

Imagens, que mostram o deputado e a adolescente no local do suposto crime, já estão em posse da defesa

Tiago Alencar

Os advogados do deputado estadual Luiz Durão (PDT), preso desde o último dia 4, sob acusação de estuprar uma adolescente de 17 anos, em um motel da Serra, tiveram acesso, ontem, às imagens que mostram a chegada e a saída do parlamentar do local.

Conforme pessoas que tiveram acesso ao vídeo, o deputado aparecia reservando a suíte em que ele e

a jovem ficaram.

Ainda segundo os relatos, o parlamentar e a adolescente parecem conversar, no momento em que aguardam na recepção, para entrar no estabelecimento.

As imagens mostram ainda os dois deixando o local. Segundo o inquérito, Durão e a menor passaram 40 minutos no motel.

A informação de que a gravação está em posse da defesa de Durão foi confirmada pelo advogado Jovacy Peter, que defende o parlamentar.

“A defesa realmente fez uma diligência ao motel, para averiguar o vídeo do momento em que o Luiz (Durão) entrou no estabelecimento com a jovem. Mas ainda não vi o conteúdo do material. Por isso, não posso dar mais detalhes”.

A defesa também conversou com alguns funcionários do motel.

Como a ação corre em segredo de Justiça, o teor das conversas não foi repassado. As imagens também não foram divulgadas.

O processo de Durão – que está preso no Quartel do Corpo de Bombeiros, na Enseada do Suá, em Vitória – foi remetido à 1ª instância pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), na segunda-feira.

O TJ entendeu que o caso não pode ser tratado dentro dos parâmetros do foro privilegiado, uma vez que o crime do qual ele é acusado não estaria relacionado ao mandato de deputado estadual.

No último andamento no site do TJ, o processo aparece como reenviado à Procuradoria-Geral de Justiça, responsável pela denúncia.

Nós próximos passos, o processo volta ao tribunal, que o remeterá para uma vara criminal do Fórum da Serra, após sorteio.

Juiz manda bloquear bens do prefeito de Jaguaré

O prefeito de Jaguaré, Rogério Feitani (PMN), teve seus bens bloqueados pelo juiz da Vara Única da comarca da cidade, Thiago Albani Oliveira. No processo, ele é acusado de participação em suposta fraude envolvendo um processo seletivo feito na municipalidade.

Na decisão, o magistrado alega que Feitani seria um dos líderes do esquema denunciado à Justiça. O valor dos bens bloqueados não foi divulgado na decisão.

O advogado de Feitani no processo, Ludgero Liberato, disse que “recorrerá da decisão do magistrado, a fim de que haja uma nova análise sobre o caso, tendo em vista que não houve dano ao erário”.

JAGUARÉ

**Bens de
Feitani são
bloqueados**

▲ **LARISSA AVILEZ**
lavilez@redgazeta.com.br

O prefeito de Jaguaré, Rogério Feitani (PMN), o ex-secretário de Educação e Cultura, Jader Sossai de Lima, e o ex-secretário de Transportes, Rivelino Feitani, tiveram os bens bloqueados por decisão do juiz Thiago Albani Oliveira, da Vara Única de Jaguaré.

O processo é consequência de uma ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES) em 2017, que culminou na Operação Arremate, deflagrada no mesmo ano.

Segundo o MPES, Feitani era o chefe da organização criminoso que tinha como objetivo fraudar processo seletivo para contratação de servidores públicos, beneficiando pessoas ligadas direta ou pessoalmente a ele.

Advogado do prefeito de Jaguaré, Ludgero Liberato afirmou que vai recorrer da decisão. “Não houve dano ao erário que justifique uma medida tão drástica”, disse.

VITOR JUBINI/ARQUIVO



**Rogério Feitani é o
prefeito de Jaguaré**

Semana Justiça pela Paz em Casa: tribunal capixaba prepara 3 edições

Em 2019, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo realizará a 13ª, 14ª e 15ª edições da Semana Justiça Pela Paz em Casa: de 11 a 15 de março; de 19 a 23 de agosto e de 25 a 29 de novembro.

A Semana Justiça pela Paz em Casa é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça que acontece simultaneamente em diversos estados brasileiros, com o objetivo de promover ações de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Aqui no Espírito Santo, além de palestras e campanhas, a semana também é dedicada à mutirões de audiências e julgamentos de processos envolvendo vítimas do sexo feminino. E ainda como parte das atividades, o ônibus do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha estaciona em alguma praça popular para oferecer assistência jurídica e psicológica às vítimas de violência doméstica e materiais educativos à comunidade.

No ano de 2018 foram realizadas a 10ª, 11ª e 12ª edições, que trouxeram temas importantes como Direito Trabalhista, apresentado pelo conselheiro do CNJ Luciano Frota, e Igualdade de Gênero, abordado pela Cônsul Geral do Canadá, Evelyne Coulombé.

As ações do Tribunal de Justiça do ES foram além das Semanas Justiça Pela Paz. Ao longo do último ano, as Varas Especializadas expediram mais de 6 mil medidas protetivas de urgência. E a equipe do Ônibus Rosa levou atendimento e ações educativas à centenas de moradores dos municípios de Vitória, Vila Velha, São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário, Aracruz e Pancas, sempre com o apoio das prefeituras, das polícias e do Ministério Público.

Também foram realizadas ações educativas dentro de empresas, como a Arcelor Mittal, que atingiram um público de mais de 5 mil pessoas. A coordenadora Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, juíza Hemínia Azoury, destaca que em 2019 os esforços do TJES vão continuar intensos: “Não podemos parar. É importante que esses trabalhos de prevenção sejam feitos durante todo o ano e com a ajuda dos parceiros. Precisamos extinguir essa cultura, essa naturalização da violência contra as mulheres”, concluiu a juíza.

Mãe supera assassinato da filha através da fé em Linhares

A fé em Deus e o amor pela família ajudam a confeitadeira Maria da Penha Bandeira, de 49 anos, a superar a morte da filha. Meiryhellen Bandeira foi assassinada a tiros em Linhares, junto com a namorada, por um motivo fútil: a homofobia.

Na noite de 21 de setembro de 2017, a tosadora Meiryhellen Bandeira, de 28 anos, e a estudante Emilly Martins Pereira, de 21 anos, foram assassinadas a tiros no bairro Novo Horizonte, em Linhares, região Norte do Estado. O motivo do crime é a homofobia, de acordo com o Ministério Público do Estado (MPES). Um vizinho de Emilly não aceitava o relacionamento das jovens e atirou nas costas das duas. A estudante foi socorrida com vida, levada ao hospital e passou por uma cirurgia, mas não resistiu aos ferimentos e morreu algumas horas depois. Já Meiry, como era conhecida, morreu na hora.

Para superar a dor pela morte da filha mais velha, a confeitadeira Maria da Penha Bandeira, de 49 anos, mãe de Meiryhellen, se apega à fé em Deus e no amor à família. “É muito difícil superar, porque a ficha nunca cai. A gente toca a vida trabalhando, cuidando da família, mas todo dia em algum momento eu me lembro da Meiry. Mas primeiro Deus e depois minha família têm me dado muita força para superar a cada dia”, contou.

Evangélica, Penha disse que frequenta a igreja e se apega à filha mais nova e a uma neta de 6 anos para suportar a dor. “É tudo o que me dá forças para seguir em frente”, ressaltou.

Ela ainda comentou que foi uma covardia os assassinatos de Emilly e Meiry. “O crime foi muito covarde. Não tem explicação perder um filho dessa forma. A gente sempre espera viver com os filhos até ficar bem velhinha e eles enterrarem a gente, mas nunca esperamos enterrar um filho. É uma dor muito grande”, lamentou.

Penha também lembra as qualidades de Meiry e os sonhos que a jovem tinha. “Minha filha era muito simples, uma pessoa amigável, incapaz de destratar alguém, sempre muito dócil e disposta a ajudar quem precisasse. Ela trabalhava no petshop e tinha muito amor pelos bichinhos, sempre trabalhou e batalhou pra ter suas coisas, estava terminando de pagar sua moto e tinha pretensão futuramente de fazer uma casa para a gente”, relembrou.

Com carinho, ela se lembra da última foto que fez com a filha. “Foi em um domingo antes do crime, ela morreu na mesma semana, na quinta-feira. A foto representa muita saudade, muita saudade”, contou bastante emocionada.

AUDIÊNCIAS

A próxima audiência de instrução e julgamento de Roberto Luis Pavani, acusado pelo duplo homicídio, está marcada para acontecer no próximo dia 30 de janeiro, no Fórum Desembargador Mendes Wanderley, em Linhares. A informação é do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), que destacou que duas testemunhas de acusação serão ouvidas. Penha quer que a Justiça seja feita e o suspeito continue preso.

“Espero que, nesse tempo que ficar preso, ele sinta a dor que causou nas nossas famílias. Quantas lágrimas desceram porque ele simplesmente disparou a arma, acabou com duas vidas, dois sonhos que seriam realizados e não serão mais? Que ele reflita na dor que nos causou e lembre que ele também tem família, tem esposa, tem filhos e netos”, pediu Penha.

A primeira audiência do caso aconteceu em 29 de novembro do ano passado. Oito testemunhas foram ouvidas. Roberto está preso desde 11 de outubro do ano passado, na Penitenciária de Segurança Média I, em Viana, na Grande Vitória. Ele participou da audiência no mês passado e seu interrogatório estava previsto, mas não foi realizado.